

Sumário

PRIMEIRA PARTE: TEÓRICA

1

NOÇÕES DE PROCESSO PENAL	23
1.1. CONSIDERAÇÕES GERAIS: REGRA DE IDENTIFICAÇÃO DE PEÇA	23
1.1.1. Peças práticas em provas da OAB e em concursos públicos.....	23
1.1.2. Regras para identificação da peça adequada.....	24
1.1.3. Regras para identificação do momento processual.....	26
1.1.4. Atuação em favor da vítima	32
1.2. DO INQUÉRITO POLICIAL.....	33
1.2.1. Investigação criminal.....	33
1.2.2. Destinatários do inquérito policial	34
1.2.3. Características do inquérito policial.....	34
1.2.4. Vícios no inquérito policial	35
1.2.5. Formas de instauração do inquérito policial	35
1.2.6. Prazos para encerramento do inquérito policial	36
1.2.7. Encerramento do inquérito policial	37
1.2.8. Arquivamento do inquérito policial.....	37
1.2.9. Trancamento do inquérito policial	39
1.3. DA AÇÃO PENAL.....	39
1.3.1. Condições da ação.....	39
1.3.2. Condições de procedibilidade	40
1.3.3. Espécies de ação penal	41
1.3.3.1. Ação penal de iniciativa pública.....	42
1.3.3.2. Ação penal de iniciativa pública condicionada.....	42
1.3.3.3. Ação penal de iniciativa privada.....	43
1.3.4. Requisitos da queixa-crime e da denúncia.....	44
1.3.5. Hipóteses de rejeição da denúncia ou queixa (art. 395 do CPP)	45
1.4. PROCEDIMENTOS	47
1.4.1. Generalidades	47
1.4.2. Suspensão condicional do processo (art. 89 da Lei n. 9.099/95).....	49
1.4.2.1. Acordo de não persecução penal (art. 28-A do CPP)	50
1.4.3. Procedimento comum ordinário (art. 394, § 1º, I, do CPP).....	54
1.4.4. Procedimento comum sumário (art. 394, § 1º, II, do CPP).....	60

1.4.5.	Procedimento comum sumaríssimo (Lei n. 9.099/95)	61
1.4.6.	Procedimentos especiais do Código de Processo Penal.....	64
1.4.6.1.	Procedimento para crimes de responsabilidade cometidos por funcionário público (arts. 513 a 518 do CPP)	64
1.4.6.2.	Procedimento especial dos crimes contra a honra (arts. 519 a 523 do CPP).....	65
1.4.6.3.	Procedimento especial do júri.....	67
1.4.7.	Procedimentos especiais previstos em legislação extravagante: rito da Lei de Drogas (Lei n. 11.343/2006)	72
1.4.8.	Crimes hediondos e assemelhados.....	74
1.5.	COMPETÊNCIA	75
1.5.1.	Organização judiciária.....	75
1.5.2.	Fixação de competência.....	78
1.5.2.1.	Competência de Justiça.....	79
1.5.2.2.	Competência por prerrogativa de função.....	82
1.5.2.3.	Competência de foro	83
1.5.2.4.	Competência de juízo.....	85
1.5.2.5.	Modificação da competência: conexão e continência	86

2

TESES DE DEFESA	89
2.1. RELACIONADAS COM NULIDADES.....	90
2.1.1. Nulidades mais comuns	93
2.1.1.1. Incompetência (art. 564, I, do CPP)	93
2.1.1.2. Ilegitimidade de parte (art. 564, II, do CPP)	94
2.1.1.3. Ausência de representação (art. 564, III, "a", do CPP)	94
2.1.1.4. Denúncia inepta (art. 564, IV, do CPP)	95
2.1.1.5. A inexistência de exame de corpo de delito nas infrações que deixam vestígios (art. 564, III, "b", do CPP).....	96
2.1.1.6. Falta dos devidos atos de comunicação (art. 564, III e/ou IV, do CPP)	97
2.1.1.7. Descumprimento de fases processuais necessárias.....	97
2.1.1.8. Desobediência às formalidades no momento do interrogatório (art. 564, IV, do CPP).....	98
2.1.1.9. Ausência do réu preso na audiência de instrução (art. 564, IV, do CPP)	99
2.1.1.10. Sentença que não cumpre o sistema trifásico de fixação da pena (art. 564, IV, do CPP).....	99
2.1.1.11. Desobediência ao art. 384 do CPP: <i>mutatio libelli</i> (art. 564, IV, do CPP)	100
2.1.1.12. Nulidade por falta de fundamentação na decisão (art. 564, IV, do CPP)	101
2.1.1.13. Teses relacionadas ao procedimento do júri.....	102
2.2. RELACIONADAS COM A EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE	102
2.2.1. Morte do agente	102

2.2.2.	<i>Abolitio criminis</i>	103
2.2.3.	Anistia, graça e indulto	103
2.2.4.	Renúncia e perdão.....	104
2.2.5.	Retratação.....	104
2.2.6.	Perdão judicial.....	104
2.2.7.	Perempção, decadência e prescrição	104
2.3.	TESES DE MÉRITO EM SENTIDO ESTRITO (TESES RELACIONADAS COM A EXISTÊNCIA DO CRIME OU A IMPOSIÇÃO DE PENA)	108
2.3.1.	Fato típico.....	108
2.3.1.1.	Conduta.....	108
2.3.1.2.	Resultado naturalístico	109
2.3.1.2.1.	Tentativa	109
2.3.1.2.2.	Desistência voluntária e arrependimento eficaz.....	112
2.3.1.3.	Nexo de causalidade.....	114
2.3.1.4.	Tipicidade.....	116
2.3.1.4.1.	Tipicidade formal.....	116
2.3.1.4.2.	Tipicidade material	117
2.3.1.4.3.	Tipicidade subjetiva: dolo e culpa.....	118
2.3.1.4.3.1.	Tipicidade dolosa.....	119
2.3.1.4.3.2.	Tipicidade culposa.....	119
2.3.1.4.3.3.	Crime qualificado pelo resultado.....	121
2.3.1.5.	Erro de tipo sobre elementar de tipo incriminador e descriminantes putativas por erro de tipo	122
2.3.1.6.	<i>Error in persona</i> (erro sobre a pessoa) e <i>aberratio ictus</i> (erro na execução).....	123
2.3.1.7.	Crime impossível	124
2.3.2.	Antijuridicidade.....	125
2.3.2.1.	Legítima defesa.....	126
2.3.2.2.	Estado de necessidade.....	127
2.3.2.3.	Estrito cumprimento do dever legal	127
2.3.2.4.	Exercício regular de direito	127
2.3.3.	Culpabilidade	128
2.3.3.1.	Inimputabilidade.....	128
2.3.3.2.	Embriaguez	129
2.3.3.3.	Ausência de potencial consciência da ilicitude – Erro de proibição inevitável.....	130
2.3.3.4.	Inexigibilidade de conduta diversa	130
2.3.4.	Causas de isenção de pena	131
2.3.5.	Falta de provas.....	131
2.3.6.	Teses “subsidiárias de mérito”.....	134
2.4.	O PROBLEMA DA PROVA ILÍCITA	141

3

PEÇAS EM ESPÉCIE.....	143
3.1. AGRAVO EM EXECUÇÃO PENAL	143

3.1.1.	Cabimento – Artigo 197 da Lei n. 7.210/84	143
3.1.2.	Competência	147
3.1.3.	Legitimidade.....	148
3.1.4.	Prazo	149
3.1.5.	Teses e requerimentos	150
3.2.	APELAÇÃO	150
3.2.1.	Cabimento – Artigo 593 do CPP; artigos 76, § 5º, e 82 da Lei n. 9.099/95.....	150
3.2.2.	Competência	159
3.2.3.	Legitimidade.....	160
3.2.4.	Prazo	162
3.2.5.	Teses e requerimentos	164
3.2.5.1.	Apelação de sentenças condenatórias ou absolutórias (art. 593, I, do CPP).....	165
3.2.5.2.	Apelação de decisões definitivas ou com força de definitivas (art. 593, II, do CPP).....	172
3.2.5.3.	Apelação de sentença condenatória ou absolutória no tribunal do júri (art. 593, III, do CPP)	172
3.3.	CARTA TESTEMUNHÁVEL.....	174
3.3.1.	Cabimento – Artigo 639 do CPP	174
3.3.2.	Competência	174
3.3.3.	Legitimidade.....	174
3.3.4.	Prazo	174
3.3.5.	Teses e pedidos.....	175
3.4.	CORREIÇÃO PARCIAL.....	175
3.4.1.	Cabimento	175
3.4.2.	Competência	176
3.4.3.	Legitimidade.....	176
3.4.4.	Prazo	177
3.4.5.	Teses e requerimentos	177
3.5.	RESPOSTA PRELIMINAR – FUNCIONÁRIO PÚBLICO.....	177
3.5.1.	Cabimento – Artigo 514 do CPP	177
3.5.2.	Competência	178
3.5.3.	Prazo	178
3.5.4.	Legitimidade.....	178
3.5.5.	Teses e pedidos.....	179
3.6.	DEFESA PRÉVIA – DROGAS (LEI N. 11.343/2006).....	179
3.6.1.	Cabimento – Artigo 55 da Lei n. 11.343/2006	179
3.6.2.	Competência	179
3.6.3.	Prazo	180
3.6.4.	Legitimidade.....	180
3.6.5.	Teses e pedidos.....	180
3.7.	EMBARGOS DE DECLARAÇÃO	181
3.7.1.	Cabimento – Artigos 382 ou 619 do CPP; artigo 83 da Lei n. 9.099/95	181
3.7.2.	Competência	181
3.7.3.	Legitimidade.....	181

3.7.4.	Prazo	182
3.7.5.	Teses e requerimentos	182
3.8.	EMBARGOS INFRINGENTES E DE NULIDADE.....	182
3.8.1.	Cabimento – Artigo 609 do CPP	182
3.8.2.	Competência	185
3.8.3.	Legitimidade.....	186
3.8.4.	Prazo	186
3.8.5.	Teses e requerimentos	186
3.9.	<i>HABEAS CORPUS</i>	187
3.9.1.	Cabimento – Artigo 5º, LXVIII, da CF/88 e artigos 647 e 648 do CPP	187
3.9.1.1.	Quando não houver justa causa para a coação (art. 648, I, do CPP)	187
3.9.1.2.	Quando alguém estiver preso por mais tempo do que determina a lei (art. 648, II, do CPP).....	188
3.9.1.2.1.	Excesso de prazo na prisão preventiva.....	189
3.9.1.2.2.	Excesso de prazo na prisão temporária	189
3.9.1.3.	Quando quem ordenar a coação não tiver competência para fazê-lo (art. 648, III, do CPP).....	190
3.9.1.4.	Quando houver cessado o motivo que autorizou a coação (art. 648, IV, do CPP)	190
3.9.1.5.	Quando não for alguém admitido a prestar fiança nos casos em que a lei a autoriza (art. 648, V, do CPP)	190
3.9.1.6.	Quando o processo for manifestamente nulo (art. 648, VI, do CPP)	192
3.9.1.7.	Quando extinta a punibilidade (art. 648, VII, do CPP)	193
3.9.2.	Competência	194
3.9.3.	Legitimidade.....	195
3.9.3.1.	Paciente	195
3.9.3.2.	Impetrante	195
3.9.3.3.	Autoridade coatora	196
3.9.4.	Prazo	197
3.9.5.	Teses, requerimentos e recursos	197
3.10.	MANDADO DE SEGURANÇA	201
3.10.1.	Cabimento – Artigo 5º, LXIX, da CF/88 e Lei n. 12.016/2009.....	201
3.10.2.	Competência	203
3.10.3.	Legitimidade.....	203
3.10.3.1.	Impetrante (sujeito ativo).....	203
3.10.3.2.	Autoridade coatora (sujeito passivo)	204
3.10.3.3.	Litisconsorte passivo necessário	204
3.10.4.	Prazo	204
3.10.5.	Teses e requerimentos	204
3.11.	MEMORIAIS	206
3.11.1.	Cabimento – Artigos 403, § 3º, ou 404, parágrafo único, do CPP.....	206
3.11.2.	Competência	207
3.11.3.	Legitimidade.....	207

3.11.4. Prazo	208
3.11.5. Teses e requerimentos	208
3.11.5.1. Memoriais no rito comum ou especial, com exceção do júri.....	208
3.11.5.2. Memoriais no rito do júri	214
3.12. PEDIDO DE HABILITAÇÃO COMO ASSISTENTE DA ACUSAÇÃO.....	216
3.12.1. Cabimento – Artigo 268 do CPP	216
3.12.2. Competência	217
3.12.3. Legitimidade.....	217
3.12.4. Prazo	217
3.12.5. Teses e pedidos.....	218
3.13. PEDIDO DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO POLICIAL	218
3.13.1. Cabimento – Artigo 5º, § 5º, do CPP	218
3.13.2. Competência	218
3.13.3. Legitimidade.....	218
3.13.4. Prazo	219
3.13.5. Teses e requerimentos	219
3.14. PEDIDO DE SUSPENSÃO DO PROCESSO EM VIRTUDE DE QUESTÃO PREJUDICIAL..	219
3.14.1. Cabimento – Artigos 92 ou 93 do CPP	219
3.14.2. Competência	221
3.14.3. Legitimidade.....	221
3.14.4. Prazo	221
3.14.5. Teses e requerimentos	221
3.15. QUEIXA-CRIME.....	221
3.15.1. Cabimento – Artigo 100, § 2º, do CP e artigos 30, 41 e 44 do CPP, ou artigo 100, § 3º, do CP e artigos 29, 41 e 44 do CPP e artigo 5º, LIX, da CF/88.....	221
3.15.2. Competência	222
3.15.3. Legitimidade.....	223
3.15.4. Prazo	223
3.15.5. Teses e pedidos.....	223
3.16. RECURSO EM SENTIDO ESTRITO.....	224
3.16.1. Cabimento – Artigo 581 do CPP ou artigo 294, parágrafo único, do CTB....	224
3.16.2. Competência	235
3.16.3. Legitimidade.....	237
3.16.4. Prazo	239
3.16.5. Teses e requerimentos	240
3.17. RECURSO ESPECIAL	243
3.17.1. Cabimento – Artigo 105, III, da CF/88.....	243
3.17.2. Competência	244
3.17.3. Legitimidade.....	244
3.17.4. Prazo	245
3.17.5. Teses e requerimentos	245
3.18. RECURSO EXTRAORDINÁRIO	245
3.18.1. Cabimento – Artigo 102, III, da CF/88.....	245
3.18.2. Competência	246
3.18.3. Legitimidade.....	246

3.18.4. Prazo	246
3.18.5. Teses e requerimentos	246
3.19. RECURSO ORDINÁRIO CONSTITUCIONAL	247
3.19.1. Cabimento – Artigos 102, II, ou 105, II, da CF/88.....	247
3.19.2. Competência.....	250
3.19.3. Legitimidade.....	250
3.19.4. Prazo	251
3.19.5. Teses e requerimentos	251
3.20. REPRESENTAÇÃO	251
3.20.1. Cabimento – Artigo 24 do CPP.....	251
3.20.2. Competência.....	252
3.20.3. Legitimidade.....	252
3.20.4. Prazo	253
3.20.5. Teses e pedidos.....	253
3.21. RESPOSTA À ACUSAÇÃO.....	253
3.21.1. Cabimento – Artigos 396 e 396-A do CPP.....	253
3.21.2. Competência.....	254
3.21.3. Legitimidade	254
3.21.4. Prazo.....	254
3.21.5. Teses e pedidos.....	254
3.22. REVISÃO CRIMINAL.....	256
3.22.1. Cabimento – Artigo 621 do CPP e Justificação Criminal.....	256
3.22.2. Competência.....	258
3.22.3. Legitimidade.....	259
3.22.4. Prazo	260
3.22.5. Teses e requerimentos	260
3.22.5.1. Revisão criminal de sentença proferida pelo júri	260

SEGUNDA PARTE: PEÇAS PRÁTICAS MODELOS

1

1.1. AGRAVO EM EXECUÇÃO PENAL	265
1.2. ALEGAÇÕES FINAIS SOB A FORMA DE MEMORIAIS	268
1.3. APELAÇÃO	271
1.4. CARTA TESTEMUNHÁVEL.....	275
1.5. CONTRARRAZÕES DE APELAÇÃO (1).....	278
1.6. CONTRARRAZÕES DE RECURSO EM SENTIDO ESTRITO (1)	281
1.7. CORREIÇÃO PARCIAL.....	284
1.8. RESPOSTA PRELIMINAR – RITO DE FUNCIONÁRIO PÚBLICO	286
1.9. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO	288
1.10. EMBARGOS INFRINGENTES (OU DE NULIDADE).....	290
1.11. EXCEÇÃO DE INCOMPETÊNCIA.....	293

1.12. EXCEÇÃO DE SUSPEIÇÃO	294
1.13. EXCEÇÃO DE ILEGITIMIDADE DE PARTE	296
1.14. EXCEÇÃO DE COISA JULGADA	297
1.15. <i>HABEAS CORPUS</i>	298
1.16. HABILITAÇÃO COMO ASSISTENTE DE ACUSAÇÃO	300
1.17. INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO POLICIAL	301
1.18. LIVRAMENTO CONDICIONAL	303
1.19. MANDADO DE SEGURANÇA	304
1.20. PEDIDO DE EXPLICAÇÕES EM JUÍZO	306
1.21. PEDIDO DE LIBERDADE PROVISÓRIA	307
1.22. PEDIDO DE RELAXAMENTO DA PRISÃO EM FLAGRANTE	310
1.23. PEDIDO DE REVOGAÇÃO DE PRISÃO PREVENTIVA	312
1.24. PEDIDO DE PRISÃO PREVENTIVA (IMPUGNAÇÃO)	313
1.25. PEDIDO DE RESTITUIÇÃO DE COISAS APREENDIDAS	314
1.26. PEDIDO DE SEQUESTRO DE BENS	316
1.27. PEDIDO DE UNIFICAÇÃO DE PENAS	318
1.28. QUEIXA-CRIME	319
1.29. REABILITAÇÃO CRIMINAL	321
1.30. RECURSO ESPECIAL	322
1.31. RECURSO EXTRAORDINÁRIO	325
1.32. RECURSO ORDINÁRIO CONSTITUCIONAL	327
1.33. RECURSO EM SENTIDO ESTRITO	330
1.34. REPRESENTAÇÃO	333
1.35. RESPOSTA À ACUSAÇÃO	334
1.36. REVISÃO CRIMINAL	337
1.37. RECLAMAÇÃO	339

TERCEIRA PARTE: PEÇAS PRÁTICO-PROFISSIONAIS E QUESTÕES DISCURSIVAS

1

PEÇAS PRÁTICO-PROFISSIONAIS (OAB E EXERCÍCIOS PROPOSTOS)	343
---	------------

2

RESOLUÇÃO DAS PEÇAS PRÁTICO-PROFISSIONAIS	389
--	------------

3

QUESTÕES DISCURSIVAS (OAB E EXERCÍCIOS PROPOSTOS)	443
--	------------

4

RESOLUÇÃO DAS QUESTÕES DISCURSIVAS	511
---	------------

ANEXOS

1

PRINCIPAIS SÚMULAS DO STJ	571
--	------------

2

PRINCIPAIS SÚMULAS DO STF	579
--	------------

SÚMULAS VINCULANTES	582
----------------------------------	------------

BIBLIOGRAFIA	583
---------------------------	------------
